

Do “povo amorfo” ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras

From “amorphous people” to populism. The trajectory of the concept of populism in the Brazilian social sciences

Del “pueblo amorfo” al populismo. La trayectoria del concepto de populismo en las ciencias sociales brasileiras

Fabio Gentile *

<https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

RESUMO: Este artigo pretende fornecer um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico, embora não exaustivo, dos usos do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. A hipótese central, sustentada no trabalho, é que, embora não seja possível individuar uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1920 e 1930, é necessário reconhecer que o conceito de “povo amorfo” elaborado pelos teóricos do Estado autoritário varguista abriu o caminho para o uso do conceito de populismo na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX.

Palavras-chave: Povo amorfo. Populismo. Trabalhismo.

ABSTRACT: This article aims to provide an analytical, historical-critical and methodological panorama, although not exhaustive, of the uses of the concept of populism in the Brazilian social sciences. The central hypothesis, supported by the work, is that, although it is not possible to identify a true theory of Brazilian populism in the 1920s and 1930s, it is necessary to recognize that the concept of “amorphous people” elaborated for theorists of the authoritarian Vargas state

* Professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Filosofia e Política pela Università degli Studi di Napoli L'Orientale e pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Seus interesses de pesquisa incluem o Neofascismo italiano, destacando direitas neofascistas e monarquistas em Nápoles após a Segunda Guerra Mundial, liderada pelo armador e empresário Achille Lauro, um “berlusconi ante litteram”. Sobre estes temas, escreveu dois livros *Achille Lauro: unimprenditore politico dell'Italia repubblicana* (Mephite, 2008) e *La Rinascita della Destra: il laboratorio sindacale-politico napoletano da Saló ad Achille Lauro* (ESI, 2013). Sua pesquisa de pós-doutorado teve como foco a influência do corporativismo fascista na legislação social da Era Vargas. Sobre este assunto, publicou artigos e capítulos de livro na Itália, Portugal, Brasil e EUA. E-mail: fabiogentile@ufc.br

opened the path to the use of the concept of populism in the analysis of Brazilian modernity-modernization processes of the 20th century.

Keywords: Amorphous People. Populism. Trabalhismo.

RESUMEN: Este artículo pretende ofrecer un panorama analítico, histórico-crítico y metodológico, empero no exhaustivo, de los usos del concepto de populismo en las ciencias sociales brasileiras. La hipótesis central, sustentada en el trabajo, es que, aunque no sea posible individualizar una verdadera teoría del populismo brasileiro en la década de 1920 y 1930, es necesario reconocer que el concepto de “pueblo amorfo” elaborado para los teóricos del Estado autoritario varguista abrió el camino para el uso del concepto de populismo en el análisis de los procesos de modernidad- modernización brasileira del siglo XX.

Palabras clave: Pueblo Amorfo. Populismo. Trabalhismo.

Como citar este artigo:

Gentile, Fabio. “Do ‘povo amorfo’ ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 459-480.

Introdução

Populismo é um conceito ambíguo, também em consideração da dificuldade da teoria política moderna de conceituar rigorosamente o que seria “povo”, uma vez que nas concepções da democracia popular ele é dificilmente separável do “demos” (Mény e Surel 2000). Em suma, trata-se de um termo controverso, alvo de um debate não consensual no campo da teoria política europeia e norte-americana (Finchelstein 2017; 2020; Eatwell e Goodwin 2018; Mény 2019). Se por um lado, ele representa, pelo menos aparentemente, uma saída para as dificuldades taxonômicas inerentes à descrição de um conjunto de traços funcionais dos fenômenos populistas (liderança carismática, personalização da política, apelo ao povo etc.); por outro lado é preciso ressaltar que não explica a gênese deles e tampouco, parafraseando Max Weber, captura devidamente os processos de mediação parlamentar dos interesses conflitantes de uma sociedade complexa. Uma vez que o líder carismático populista transita da campanha eleitoral, caracterizada pelos códigos comunicativos e midiáticos do discurso “antipolítico”, ao governo.

Esta dificuldade teórica e metodológica ínsita no conceito de populismo se torna mais clara, quando transitamos para outras áreas, como é exemplificado pela teoria econômica, conforme apontado por Pedro Dutra Fonseca e Ivan Salomão. De acordo com a lição schumpeteriana, num

recente artigo os dois cientistas sociais argumentam que populismo não é uma categoria adequada para o exame dos modelos econômicos implementados no segundo governo Vargas (1951-1954) e no governo Goulart (1961-1964). Pela análise dos quais são mais apropriadas as categorias de “nacional-desenvolvimentismo” e “trabalhismo”, já que a política econômica estrutural e macroeconômica vai bem além dos discursos populistas eleitorais (Fonseca e Salomão 2020).

A origem do núcleo teórico do populismo pode ser individuada nas primeiras teorizações das décadas de 1950 e 1960 (Gellner e Ionescu 1969), formuladas para analisar fenômenos produzidos por tendências “patológicas” (Donzelli e Pozzi 2003) da democracia de massa após a Segunda Guerra Mundial e, portanto, não claramente classificáveis nas categorias *fascismo*, *autoritarismo* e *totalitarismo*. É o caso do movimento monárquico populista, liderado nas décadas de 1950 e 1960 pelo prefeito da cidade de Nápoles, no Sul da Itália, o armador Achille Lauro, primeiro caso de empresário que entra em política para defender seus interesses empresariais, antecipando de quase 50 anos o empresário populista Silvio Berlusconi.

O populismo volta no debate teórico-político nas décadas de 1980 e 1990, no contexto do “fim das ideologias” aberto pelo colapso da União Soviética. Nessa nova conjuntura, o conceito acentua seu caráter polissêmico, assim como o totalitarismo após a Guerra Fria, uma vez que fica oscilando entre uma exigência acadêmico-científica e uma apropriação ideológica.

No debate teórico-político, é utilizado no esforço de conceituar a essência mais profunda dos fenômenos (especialmente na área da direita, mas também na esquerda) provocados pelas crises das democracias representativas liberais ocidentais. Na disputa ideológico-política, acentuada pela implosão do comunismo soviético, vem ressignificado como um “*kampfbegriff*” (um “conceito de combate”) - definição de Stephane Boisard (2020) -, utilizado no campo da esquerda intelectual e política para definir nacionalismos de cunho racial e identitários, herdeiros do totalitarismo nazifascista; enquanto, no campo da direita neoliberal se torna desde o 1989 uma categoria central do discurso ideológico, revisionista, polarizado em torno da obra do cientista político Francis Fukuyama para celebrar o triunfo da democracia liberal e do livre mercado (Fukuyama 1992). De acordo com o *think tank* norte-americano, nazismo e comunismo (incluindo também todos os partidos de esquerda, herdeiros do marxismo-leninismo e do estalinismo) são tratados como variantes da mesma atitude totalitária e criminoso: o “genocídio de classe” é colocado no mesmo nível do “genocídio racial”, o gulag estalinista já parece ser geneticamente inscrito na Revolução bolchevique de 1917, da mesma forma que a “solução final” está enraizada na *Weltanschauung* de Hitler.

No entanto, se restringirmos o campo de análise à circulação do conceito de populismo na América Latina desde a segunda metade do século XX, observamos que nesta área ele não foi marcado pelas mesmas antinomias, detectadas pelas ciências sociais europeia e norte-americana.

Sob o impulso da renovação metodológica e teórica trilhada pelo sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1969; 1978), o populismo registrou grande sucesso no pensamento sociopolítico latino-americano, sem, todavia, ter sido submetido ao rigor metodológico e teórico que uma teoria política sólida demanda. Uma vez que a utilização ideológica acaba prevalecendo sobre a científica, em função de classificar todas as etapas cruciais da modernização latino-americana em contínua oscilação entre os níveis não coincidentes do conceito, do fato, da teoria e da semântica da comunicação populista.

Nessa perspectiva, as ciências sociais brasileiras constituem um verdadeiro laboratório da apropriação latino-americana do populismo. Se, por um lado, o debate brasileiro incorpora todos os pontos de força e de fragilidade do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, o uso desse conceito no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, precisa atender a necessidades específicas.

Assim sendo, a reflexão só pode iniciar com as primeiras teorias sobre o povo “amorfo” entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Logo em seguida, transita pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da “Era Vargas” (1930-1964), pensado como um projeto de industrialização integral, caminho privilegiado para superar o subdesenvolvimento, sob a égide do Estado (Bielschowsky 1988) – que para muitos cientistas sociais é o ponto de partida do populismo brasileiro. E chega enfim nas décadas de Oitenta e Noventa, época marcada por uma nova geração de cientistas sociais se debruçando sobre o conceito de populismo com base numa leitura mais dinâmica das relações entre elites no poder e classe trabalhadora brasileira (o “trabalhismo”).

A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras não termina obviamente na década de Oitenta do século XX. Associado por um longo período a uma tendência descritiva dos traços populistas, com a transição da ditadura para a democracia, o conceito enriqueceu com novos conteúdos.

Nas origens dessa nova época de reflexão sobre o populismo brasileiro há alguns fatores que merecem ser mencionados, ainda que brevemente: o fim do mundo bipolar convida o debate sócio-político contemporâneo a repensar as categorias tradicionais de direita e esquerda à luz de novos fenômenos políticos aparentemente incompatíveis com elas (os populismos de direita e aquele de esquerda); as novas formas de “personalização da política” (Manin 1995), que, se encontram certa resistência nos atores sociais e nos políticos tradicionais nos Países ocidentais,

com instituições liberais e democráticas mais consolidadas, no caso brasileiro, pelo contrário, não enfrenta obstáculo algum, dada a fragilidade das instituições democráticas ainda muito jovens; também levando em conta a peculiar conformação do “presidencialismo de coalizão”, inaugurada em 1946 e restaurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), após a ditadura militar (Abranches 2018).

Nesse contexto, o conceito, reafirmando a sua flexibilidade, é aplicado, por um lado, ao caso de fenômenos de contestação da representação democrática clássica, qual é Fernando Collor de Mello, líder que, em nome da “antipolítica”, se coloca à frente de um movimento social transclassista, “não partidário”, propondo políticas reformistas e liberais e elaborando um discurso emocional (Sallum 2016), que inflama o povo em nome do “nós, cidadãos do bem” contra “eles, cidadãos do mal”. E mais recentemente na análise de Jair Bolsonaro, cujo discurso populista e “bolsonarista” mistura autoritarismo e neofascismo, militarismo, fundamentalismo religioso e neoliberalismo globalizado, se destacando por ser um dos fenômenos mais expressivos da nova onda de direita em nível mundial (Gros 2004; Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas 2015; Lopez Segrega 2016; Messemberg 2017; Fernandes e Messenberg 2018; Casimiro Calheiros 2018; Caldeira Neto, 2020). Mas, por outro lado, o conceito tem sido aplicado na análise de fenômenos mais compatíveis com os processos clássicos da democracia representativa, fundamentados nos valores da liberdade e da igualdade. Eis o caso do “lulismo” (Singer 2012), concebido como projeto populista democrático, centrado na figura carismática de Luiz Inácio Lula da Silva.

Porém, uma análise destes casos, rapidamente mencionados, necessitaria de um esforço teórico e metodológico acima do que é a proposta científica do texto, dada a dificuldade de interpretar fenômenos do (neo)populismo contemporâneo de direita e de esquerda quais são Collor, Lula e Bolsonaro apenas na perspectiva das teorias clássicas do populismo.

De qualquer forma, a expectativa é que, embora limitado a uma análise do populismo até a década de Oitenta do século passado, o texto possa apresentar algumas chaves analíticas para ler o presente.

Dadas estas reflexões preliminares, e levando em consideração o caminho trilhado rumo aos resultados mais significativos do debate (Ferreira 2001), pretende-se fornecer um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico dos usos do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras.

A hipótese central, sustentada no trabalho, é que, apesar de não ser possível individuar uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1920 e 1930, é necessário reconhecer que o conceito de “povo amorfo” elaborado pelos teóricos do Estado autoritário varguista abriu o

caminho para o uso do conceito de populismo na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX.

Trata-se também de uma iniciativa para incentivar as ciências sociais europeia, norte-americana e latino-americana a colaborar no terreno comum da construção de redes de interdependência, que precisam ser fortalecidas com base em uma ciência social comprometida com a “transnacionalização” da cultura (Costa Pinto e Finchelstein 2019). É preciso, então, avançar na perspectiva de um diálogo interdisciplinar, cruzando os terrenos do pensamento político-social brasileiro com a história da sociologia. De acordo com uma recente ampla literatura (Brandão 2005; Lynch 2013; Maia 2017), no lado do debate brasileiro, e mais em geral daquele latino americano, a interlocução entres âmbitos diferentes das ciências sociais é uma etapa necessária da superação definitiva da lógica tradicional de um “centro” que elabora ideologias e uma “periferia” exclusivamente reprodutora de “cópias”, definidas em muitas circunstâncias malfeitas e confusas. No lado europeu e norte americano, avançar na criação e na consolidação de novos espaços transnacionais para a circulação de ideias, a interação e a comparação entre fenômenos que compartilham as mesmas raízes ideológicas e políticas, vai contribuir para uma compreensão mais adequada de debates que estão no foco da teoria político-social, entre eles o fascismo e suas aproximações e diferenças com o autoritarismo e o totalitarismo. Nessa perspectiva, bastaria apenas pensar que os ideólogos do regime varguista anteciparam na década de 1930 um elemento fundamental das análises de Hannah Arendt e Juan Linz nas décadas de 1950 e 1960: o autoritarismo como modelo de Estado alternativo ao partido-estado totalitário de direita e de esquerda (Amaral, 1938).

O povo “amorfo” no pensamento nacional-autoritário brasileiro da primeira metade do século XX

O Brasil não foi atingido pelo trauma da Grande Guerra. Porém, o primeiro pós-guerra foi uma época crucial de transformações sociais (Ferreira e Delgado 2003), sob o impulso de um nacionalismo “político-militante”, capaz de aglutinar diferentes linhagens do panorama político e cultural brasileiro em torno a um projeto de “redescobrimento” dos marcos originários do povo brasileiro desde sua matriz colonial. Como observam Lucia Lippi (1990) e Boris Fausto (2001), embora com perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, o elemento comum destas variedades de famílias políticas e intelectuais, comprometidos com a análise do povo brasileiro, é um modelo de Estado-nação qualitativamente diferente daquele do nacionalismo liberal do século XIX.

Existe, todavia, um vínculo de continuidade entre o nacionalismo brasileiro da segunda metade do século XIX e aquele das primeiras décadas do século XX, como tem sido observado nos estudos sobre as obras literárias de Euclides da Cunha e Silvio Romero, e sobretudo em recentes estudos sobre a obra do político e intelectual liberal Alberto Torres (1865-1917) (Lombardi 2010).

Torres já no início do século XX, influenciado pela ampla circulação das ideias de Auguste Comte e Émile Durkheim no Brasil, havia antecipado um dos temas centrais da ideologia nacionalista brasileira entre as duas guerras mundiais: o hiato profundo entre o Brasil “legal” da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891) – sofisticada obra jurídica baseada na montagem de modelos estrangeiros da tradição liberal europeia e norte-americana e, como tal, considerada inadequada ao caminho histórico nacional – e o Brasil “real”, lidando com profundos problemas sociais e econômicos e com um povo marcado pela “anomia”, pela ausência de laços de solidariedade, “amorfo” e totalmente desprovido dos requisitos mínimos para participação política. Sem abrir mão dos princípios fundamentais do liberalismo, o remédio para os “males do Brasil” – na opinião de Torres – era a incorporação do povo à nação mediante um nacionalismo organicista, caracterizado pela ampliação dos poderes do Estado e pela organização de todas as forças econômicas e sociais do País, como ele escreve no prefácio da sua obra *A organização nacional* (1914):

No Brasil onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade exista, nem o Estado; e o Estado e a sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mutuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício, o que vale dizer por um programa, isto é, para uma política; eis o meio de transubstanciar este gigante desagregado em uma nacionalidade (Torres 1914, XIII).

É nesse contexto que surge uma direita nacionalista e autoritária, plasmada em torno da “criação” e da educação do povo pelo Estado-nação. De acordo com os resultados mais convincentes da historiografia a esse respeito (Beired 1999), a análise desse fenômeno sugere que o pensemos como um campo de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas no qual temas tradicionais de longo prazo do pensamento político brasileiro, como a “ausência de um povo” (entendida como falta de consciência nacional) e a necessidade de um Estado centralizado, entrelaçam-se com os desafios da modernização, vinculados à crise do modelo agroexportador brasileiro, no contexto mais amplo da crise mundial do capitalismo e do Estado liberal, percebido como inadequado para governar as grandes transformações em andamento.

Essa galáxia de direita se apresenta com uma face tripla (Beired 1999): a) o nacionalismo autoritário, herdeiro da tradição positivista brasileira; b) a direita católica; e c) a direita integralista,

que, de acordo com uma análise consolidada no debate histórico, seria o movimento ideológico e político mais próximo do fascismo europeu (Trindade 1974; 2016; Pereira 2017).

Na impossibilidade deste estudo examinar a trajetória das direitas brasileiras no século XX, nossa análise enfoca os traços essenciais do nacionalismo autoritário, já que esta linhagem – concentrada principalmente em torno de intelectuais como Francisco José de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos – abre o caminho teórico à apropriação sucessiva das teorias populistas nas ciências sociais brasileiras.

Como foi justamente observado, o diagnóstico da realidade brasileira e os remédios normativos propostos pelo nacional-autoritarismo constituíram o núcleo de uma nova “ideologia do Estado” (Lamounier 1977; Silva 2004), marcada por traços profascistas, como resposta necessária e específica ao problema da organização do poder e da criação de um povo, diante da crise do liberalismo, no contexto mais amplo da crise internacional do primeiro pós-guerra (Lamounier 1977, 359).

É portanto necessário, antes de analisarmos o nacionalismo autoritário brasileiro, examinar nas linhas essenciais o debate francês sobre o nacionalismo, desde a segunda metade do século XIX até sua assimilação no sindicalismo nacionalista, confluído então no fascismo italiano, dado que trata-se de uma etapa fundamental para entender como os ideólogos do autoritarismo brasileiro se apropriaram das teorias nacionalistas europeias para estudar a formação do povo brasileiro.

A referência básica do nacionalismo é um conceito social do homem completamente diferente daquele do constitucionalismo liberal. A recusa do liberalismo e a preocupação com a solidariedade social, bem como o controle dos conflitos produzidos pela sociedade industrial, continuam sendo uma constante de todas as vertentes do pensamento nacionalista e corporativista tecnocrático que fundamentam o nacionalismo social, entre elas o pensamento social católico e o sindicalismo nacionalista do final do século XIX. É um campo de doutrinas heterogêneas, alimentando as principais vertentes antiliberais do século XIX, especialmente o familismo de Le Play e o nacionalismo protecionista de Maurice Barres, e l’Action Française de Maurras. Trata-se de uma variada literatura antiliberal, na qual, no entanto, podemos identificar alguns temas constantes, tais como necessidade e autoridade, hierarquia e família, absorvidas explicitamente como categorias fundamentais do autoritarismo político e da concepção organicista da ordem do movimento nacionalista.

Não há dúvida de que essas doutrinas heterogêneas, misturando a autoridade da Igreja Católica com uma visão tradicionalista da nação, confluíram no sindicalismo nacionalista. Afirmase na Europa em princípio do século XX (França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Polônia) e fundamenta-se na socialização da economia entregue às categorias do trabalho e da produção em

todas as suas manifestações. Seu programa teórico-político se embasa na aversão pelo regime liberal-representativo, no desenlaço do sindicato e do trabalho dos dogmas do marxismo e na centralidade do trabalho nos processos de transformação política, econômica e social do Estado como fundação da nação (o “Estado nacional do trabalho”), categoria fundamental para entender o trabalhismo populista varguista. Nesse modelo, só os “produtores”, identificados por sua condição profissional, gozam plenamente do *status* de cidadãos da nação.

A apropriação do nacionalismo social de cunho autoritário europeu satisfaz os ideólogos do estado autoritário brasileiro em busca de um modelo para organizar a sociedade brasileira em todas as suas dimensões, entre elas destacam-se a formação e educação do povo, e a regulamentação do conflito capital-trabalho sob o controle do Estado interventor. Basta pensar em *Pequenos estudos de psicologia social* (Oliveira Vianna 1923). Nesta obra, o futuro ideólogo do Estado corporativista de Getúlio Vargas, dedica o capítulo “Nacionalismo e questão social”, tema central do pensamento europeu de seu tempo, à questão trabalhista no Brasil.

Após ter criticando a classe dirigente pela maneira de resolver a questão social e o problema trabalhista de acordo com ideias forjadas na Europa, incompatíveis com a realidade brasileira (Oliveira Vianna 1923, 92), o sociólogo fluminense tece sua crítica do liberalismo com base em dois argumentos clássicos do pensamento nacional-autoritário. De um lado, a representação política e a democracia individualista vêm sendo criticadas por não serem capazes de exprimir as necessidades sociais das pessoas reais e concretas, produtores e trabalhadores, mas apenas os interesses do cidadão, entendido como o indivíduo abstrato. De outro lado, o socialismo e o comunismo são “utopias retrógradas”. A “via” mais compatível com a sociedade brasileira, para Oliveira Vianna, é o sindicalismo nacionalista, núcleo originário de sua teoria corporativa na década de 1930, apresentado já nessa obra como a melhor organização integral de um povo sobre a qual edificar a nação social, baseada no “desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade” (Oliveira Vianna 1923, 96).

Pelo diagnóstico da sociedade brasileira o nacionalismo autoritário utiliza também o positivismo eclético – cujo núcleo originário se encontra na expansão do positivismo no Sul do Brasil na segunda metade do século XIX, e na sua incorporação no governo do Rio Grande do Sul por Júlio de Castilho e a bancada republicana (Love 1975). Assim: a) a teoria spenceriana, base do evolucionismo social darwiniano, funde-se com o organicismo social de Comte; b) a metodologia das primeiras teorias sobre a família da escola sociológica de Le Play está vinculada ao racismo biológico de Georges Vacher de Lapouge e a demografia racial de Arthur de Gobineau; e c) a teoria das multidões de Gustave Le Bon e a teoria das elites de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto são complementadas com a psicologia e a psicanálise (Oliveira Vianna 2005).

Embora com algumas diferenciações, devido às biografias ideológicas e políticas individuais, a linhagem nacional-autoritária, no caminho indicado por Alberto Torres, compartilha a ideia principal de que o Brasil não está pronto para um regime liberal-democrático no modelo anglo-saxônico.

Se o positivismo comtiano, ainda vinculado ao idealismo tradicional, é um dos principais eixos conceituais da ideia de Estado-Nação do pensamento autoritário brasileiro, a sociologia de Emile Durkheim – é evidente na obra de Oliveira Vianna (Vieira 1981; Bresciani 2005) - fornece categorias teóricas e ferramentas metodológicas para estudar o povo brasileiro, bem como para encontrar as soluções mais adequadas para sua organização.

Da obra de Durkheim, Vianna absorve os conceitos de “anomia” e “amorfia”, utilizados na análise do povo brasileiro. De acordo com sua leitura, a Constituição de 1891, ainda mais do passado colonial, vai ampliando o hiato entre o País “legal” dos “idealistas utópicos” (Oliveira Vianna 2005, 56) e o Brasil “real”, da pobreza e da miséria. O povo, desenraizado do latifúndio e seus laços clânico-parentais, é jogado em uma “fase de desorganização profunda e geral”, que não pode ser mais pensada na perspectiva da representação liberal e individualista, mas precisa de uma nova representação moldada no “social”.

Dado esse diagnóstico, os teóricos do nacional-autoritarismo se comprometem com a reflexão sobre os principais elementos da sociedade civil, visando plasmar a nação na forma de um Estado autoritário que transforme as massas brasileiras, “amorfas” e fragmentadas, em uma comunidade harmoniosa inspirada nos princípios, retomados pela sociologia de Durkheim, da solidariedade social e econômica, baseada no direito positivo. A única solução racional e orgânica para a realidade econômica, política e social brasileira apontada por essa linhagem do pensamento político brasileiro é o Estado nacionalista autoritário em suas múltiplas funções de organização, incorporação, educação, controle e proteção da sociedade, como o mesmo Oliveira Vianna esclarece desde sua primeira obra

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: - eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; - eis o segundo objetivo (Oliveira Vianna 2005, 275-276).

O conceito de “povo amorfo” em busca de uma identidade nacional, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo de Getúlio Vargas, é apropriado também por outras linhagens. Como observa o cientista político Gildo M. Brandão, o pensamento político-social brasileiro é caracterizado por um “ecletismo”, em que é possível a convivência de

“ética” de esquerda com “epistemologias” de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal temperados, mas o importante é não transformar as “afinidades eletivas” entre idealismo orgânico e conservadorismo, entre idealismo constitucional e liberalismo, entre materialismo histórico e socialismo, em vias de mão única, relações de causa e efeito ou homologias entre ideologias e posições políticas – até porque toda concepção de mundo é um campo de forças, mantém relações e ramificações em vários grupos sociais e manifestações espirituais, supõe uma direita, uma esquerda e um centro, comporta teorias e interpretações diferentes, de modo que alianças intelectuais entre pensadores politicamente distantes, mas próximos pela forma de pensar, são possíveis (Brandão 2005, 241-242).

A “afinidade eletiva” com a linhagem autoritária da década de 1930 marca a obra de Sérgio Buarque de Holanda, que, no clássico *Raízes do Brasil* (Buarque de Holanda 1936), animado por uma exigência de buscar novas categorias capazes de interpretar a entrada do País na modernidade contemporânea, reformula a categoria “homem cordial” brasileiro, dialogando também com as teorias psicossociológicas do “povo amorfo” e da sua suposta incompatibilidade com o liberalismo europeu das sociedades europeias modernas. Como observa Leopoldo Wainzborn

Parece-me evidente que, para Sérgio Buarque de Hollanda, há uma incompatibilidade de raiz entre o que ele entende ser o “temperamento nacional” e a “espontaneidade nacional”, de um lado, e as formas democráticas ou liberal- democráticas, de outro. Isso não significa, entretanto, que Sérgio se alinhe seja à ditadura, seja à anarquia. Ele parece identificar-se com um regime oligárquico, tingido por lideranças pessoais (talvez populistas) (Wainzborn 2011, 42).

Portanto, o homem brasileiro, nascido e criado na estrutura clã-parental do latifúndio, é pensado para Buarque de Hollanda como uma coletividade-povo “emocional”, ainda marcada por seu passado escravocrata e rural, cuja cultura é caracterizada por um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas quais são a “espontaneidade” e a “cordialidade”.

A cultura da “homem cordial” brasileiro se manifesta na forma de redes conceituais, códigos comunicativos, e práticas político-sociais não compatíveis, pelo menos naquela conjuntura, com o racionalismo, a sociedade individualista e elitista do liberalismo, a sociedade de classe ou aquela de massa, ambas dominadas pelos estado-partido totalitário de esquerda ou de direita, como o próprio Buarque de Hollanda argumenta em muitas páginas da sua obra clássica (Feldman 2013).

Se, então, a democracia liberal seria “sem raízes profundas na realidade” brasileira (Buarque de Hollanda 1936, 152), e os totalitarismos de raça ou de classe seriam um produto dela, o personalismo das elites ou de um líder carismático poderia ser uma solução mais adequada para a criação da nação brasileira. Já que é comprovada pela história da América Latina a capacidade das elites de despertar os sentimentos mais profundos do povo-massa, visando ganhar um consenso de caráter fideísta em torno de um projeto de nação.

Da para observar a aproximação da teoria de Sergio Buarque de Hollanda com Oliveira Vianna, que teoriza que o sentido de pertencer a uma comunidade nacional orgânica, forjada na singularidade do caráter brasileiro, poderia ser construído com paciência, ao ser confiado a uma

elite culta e competente, dada a incapacidade do povo-massa de se dar instituições livres e democráticas (Oliveira Vianna 1930, 151; 1939, 195).

Enfim, não podemos falar de uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1930. Porém, é oportuno reconhecer que os teóricos do Estado varguista abrem o caminho para o uso do conceito na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX. Nesta perspectiva, a apropriação “ecclética” da linhagem nacional-autoritária no progressismo teórico-político de Sergio Buarque de Holanda desenvolve um papel fundamental nas teorias do populismo elaboradas por uma nova geração de cientistas sociais, que mesmo sendo formados no marxismo, estarão disponíveis para dialogar com as leituras clássicas do povo brasileiro.

Da “ideologia do estado autoritário” ao nacional-populismo desenvolvimentista como categoria explicativa da modernização brasileira

Com base no exposto, é preciso aguardar até a década de 1960 para ter as primeiras teorias do populismo de cunho científico. Isso não quer dizer que o conceito tenha desaparecido do debate. O problema é que, no imediato segundo pós-guerra, o populismo se limita a uma análise descritiva do discurso ideológico-político pelo liberalismo reacionário, conservador e anticomunista, para desacreditar o “inimigo” político populista, acusado de levar o Brasil a uma catástrofe com seus projetos de reforma social. Basta pensar, por exemplo, no economista Roberto Campos, expoente da ala direita do desenvolvimentismo (Bielschowsky 1988), que teoriza uma ditadura autoritária “provisória” – dominada por militares e tecnocratas, os únicos depositários do “bem” e da “racionalidade” –, diante uma suposta evidência do povo brasileiro de dar-se instituições democráticas-liberais sob a orientação de perigosos demagogos populistas – no sentido mais depreciativo do termo – como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, apenas para mencionar alguns dos políticos mais famosos da história brasileira do segundo pós-guerra.

Nesse horizonte de problemas se coloca a obra de alguns dos grandes fundadores da sociologia acadêmica brasileira das décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Trata-se de uma conjuntura importante na elaboração brasileira do conceito de populismo.

Diante da necessidade científica e política de interpretar, no calor do momento, o nacional-desenvolvimentismo da “Era Vargas”, Octavio Ianni na obra *O colapso do populismo no Brasil* (1968) e Francisco Weffort na sua obra *O populismo na política brasileira* (1978), insatisfeitos em termos teóricos com as categorias *fascismo*, *totalitarismo* e *autoritarismo*, refletem sobre o conceito de populismo, liberado de seus usos e abusos ideológicos no conflito político da década de 1950 para

ser aplicado como categoria científica na análise sócio-política do “ciclo desenvolvimentista” de 1930 a 1964.

Se, por um lado, Ianni e Weffort estão dispostos a aceitar a teoria dos ideólogos do Estado Novo de que o Estado varguista havia criado a nação brasileira, por outro lado, retomam de Buarque de Holanda a categoria “cordialidade”, para reafirmar a necessidade de elaborar leituras específicas da sociedade brasileira, incomparável com a europeia, marcada por regimes totalitários e autoritários.

Apesar do esforço teórico de Ianni e Weffort, o populismo teria ficado à margem das ciências sociais brasileiras sem a contribuição de Gino Germani. Os estudos do sociólogo ítalo-argentino proporcionam às ciências sociais brasileiras a oportunidade de legitimar a teoria do nacional-desenvolvimentismo varguista, populista, em bases científicas.

A partir dos trabalhos da década de 1940 e ao longo da sua trajetória de sociólogo dos processos de modernização, analisados sob a perspectiva estrutural-funcionalista e parsoniana, Gino Germani é um observador atento da era do totalitarismo fascista e do peronismo argentino. Uma das principais contribuições da sua análise comparativa entre as sociedades europeias e as latino-americanas é que não basta destacar as aproximações entre as duas áreas. Embora a Europa mediterrânea tenha um vínculo evidente com os Países latino-americanos, Germani convida a analisar de forma específica as vias nacionais para o *desarrollo* ou o *desenvolvimento*.

Porém, a sociologia científica de Gino Germani também envolve a análise da participação das massas na vida nacional. O confronto entre *fascismo* e *peronismo* leva o autor a reconhecer, por um lado, a novidade da mobilização permanente totalitária das massas no nazi-fascismo, mas, por outro lado, a admitir a impossibilidade de reproduzir nas sociedades latino-americanas o Estado-partido totalitário, que absorve a esfera do privado no público. Já que o peronismo e o varguismo se limitaram a incorporar no Estado a classe trabalhadora, a qual participou pela primeira vez, embora passivamente, na vida nacional (Germani 1978).

Mesmo reconhecendo a influência explícita do modelo europeu, Gino Germani convida seu leitor a analisar as especificidades latino-americanas. Trata-se de um esforço teórico e metodológico para entender a exceção ao modelo de desenvolvimento dos países europeus.

Se, diferentemente do europeu, o liberalismo latino-americano foi excludente, dada a ausência de uma revolução burguesa, a era do nacional-populismo inaugurada por Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón poderia ser apenas – eis o ponto de chegada de sua análise comparativa – caracterizada por uma política populista de inclusão das massas na vida nacional, apesar de suas características autoritárias e corporativas. Daí o interesse das ciências sociais em analisar por que

os países latino-americanos escolheram o populismo nacional-autoritário como modelo mais adequado para dirigir a inevitável e necessária entrada de suas sociedades na modernidade.

No horizonte aberto por Gino Germani, Octavio Ianni apresenta as características do nacional-populismo brasileiro. Segundo Ianni, a “Revolução” varguista de 1930 abriu caminho para a era da democracia populista no Brasil. Em sua opinião, a “Era Vargas”, embora autoritária no período do Estado Novo, havia inaugurado a política das massas, enquadradas no modelo econômico-social, cujo ponto de chegada foi o Decreto-Lei n. 5.452¹ – um código trabalhista muito amplo, incorporando toda a legislação social produzida durante a “Era Vargas” e ainda em vigor nos dias de hoje –, que criou as condições para a implantação da democracia popular no Brasil.

Ianni argumenta que a década que vai do suicídio de Vargas ao golpe militar (1954-1964) é caracterizada por um ciclo econômico que rompe com o modelo agroexportador clássico, incentivando a importação de tecnologia e rompendo a dependência dos investimentos estrangeiros. A industrialização sustentada por um desenho político nacional-populista se torna o ponto crucial para o desenrolar da jovem e frágil democracia brasileira, no contexto da Guerra Fria e do imperialismo norte-americano na América Latina.

Assim, não parece paradoxal para Ianni que as grandes mudanças introduzidas pela “Era Vargas” – mesmo na fase mais abertamente fascista do Estado Novo – favoreçam a criação de um modelo de Brasil mais democrático e, conseqüentemente, também se tornem objeto de conflito ideológico-político entre os setores populares apoiando os presidentes “varguistas” e “populistas” e as elites aliadas com a burguesia reacionária, que leva ao fim do ciclo virtuoso (1930-1964), interrompido pelo golpe militar.

Na trilha de Ianni, o cientista social Weffort elabora um dos modelos mais sofisticados de populismo brasileiro. Para Weffort, a era do nacional-populismo brasileiro é caracterizada pela participação das classes populares na vida nacional, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais provocadas pelos primeiros processos de modernização entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A pressão das classes populares é exercida tanto em cima das estruturas estatais – ampliando a participação popular na política, especialmente no campo dos direitos sociais – quanto na economia, com o acesso de setores populares a profissões e bens de consumo dos quais eram tradicionalmente excluídos. O nacional-populismo seria, portanto, a política de inclusão das classes populares em um modelo de desenvolvimento inevitável e necessariamente industrial, dirigido pelo líder carismático e paternalista (Getúlio Vargas, “pai dos pobres e trabalhadores”), com o apoio de uma aliança política social nacionalista, antiliberal e

¹ Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943.

antioligárquica, além de poder contar com os setores populares que, embora de modo passivo, participavam pela primeira vez no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Enfim, a importância das teorias do populismo de Ianni e Weffort no campo das ciências sociais brasileiras e, de modo mais geral, nas latino-americanas, pode ser constatada tanto sob a perspectiva científica quanto, sobretudo, a ideológico-política.

Sob o perfil científico, é necessário registrar um primeiro grande esforço teórico e metodológico para interpretar o modelo específico de desenvolvimento nacional dos Países latino-americanos, comparando-o com o europeu.

Sob o perfil ideológico-político, a teoria do Getúlio Vargas “pai dos pobres e dos trabalhadores”, o líder que inaugurou a entrada das classes populares brasileiras na história, elaborada pelos ideólogos do varguismo e alimentada pelo próprio Vargas, transita pelas teorias “progressistas” do populismo das décadas de 1960 e 1970, até se tornar nas últimas décadas uma peça significativa da construção da narrativa do “lulismo” no âmbito dos “populismos de esquerda” (Mouffe 2018). Lula, o “filho do povo” – imagem corroborada por ele mesmo, por correntes do Partido dos Trabalhadores, e do movimento sindical em várias circunstâncias oficiais –, que recebe o legado do trabalhismo varguista, esterilizado da sua matriz fascista, incorporando-o no seu grande projeto de inclusão social do povo brasileiro mediante também o sindicalismo e a defesa da CLT contra os projetos de desmonte neoliberal do mundo do trabalho brasileiro.

“A invenção do trabalhismo”

As teorias clássicas do populismo exercem forte influência pelo menos até o final da década de 1970, quando se registra um novo esforço para sistematizar questões teóricas e metodológicas ainda pouco exploradas do populismo. Em um panorama marcado pela lenta e gradual transição da ditadura militar para a democracia, também sob o impulso do “novo sindicalismo” e a volta dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1970, uma nova geração de cientistas sociais brasileiros se confronta com a crise dos paradigmas estruturalistas e funcionalistas da década de 1950 e com a renovação no próprio marxismo, dialogando, sobretudo, com os estudos de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa (Thompson 1963; Gomes 2001).

São cientistas sociais, vinculados sobretudo aos centros acadêmicos fluminenses, incomodados com a estagnação teórica do populismo (Maia 2003). Entre eles, destacam Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis e Ângela de Castro Gomes, todos animados com a necessária renovação da ciência política brasileira.

A obra de referência dessa fase do debate sobre o populismo é, sem dúvida, *A invenção do trabalhismo* de A. Gomes (1988). O objetivo do livro é abrir um diálogo interdisciplinar entre sociologia, ciência política e história, à luz das novas fontes documentais disponíveis, interpretadas sob a perspectiva das recentes teorias sobre o movimento sindical e trabalhista internacional (Gomes 2001). Nesta perspectiva, como observa Fernando Perlatto (2020, 101), são fundamentais

suas vinculações institucionais como aluna, professora e pesquisadora em espaços como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ângela de Castro Gomes examina a “ruptura” provocada pela “Revolução” varguista de 1930 na história brasileira, repensando-a em função de um novo modelo interpretativo da história da classe trabalhadora brasileira. Se o marxismo brasileiro sempre apresentou as classes trabalhadoras como subordinadas e cooptadas em todas as conjunturas cruciais da história nacional – pelo menos desde a Independência, dada a ausência de uma revolução burguesa que deveria ter levado dialeticamente à revolução do proletariado –, Castro Gomes, pelo contrário, recusa a leitura consolidada, apresentando, com base em uma teoria multidisciplinar, a classe trabalhadora como sujeito ativo da história brasileira. O desafio é repensar o populismo sob uma nova perspectiva, desvinculada das teorias clássicas marcadas pela manipulação midiática das massas fascinadas pelas virtudes carismáticas do líder Getúlio Vargas, bem como pela incorporação autoritária da classe trabalhadora ao Estado.

De acordo com Castro Gomes, longe de constituírem um sujeito passivo da história brasileira, as classes trabalhadoras interagiram dialeticamente com o Estado varguista, até condicionando suas estratégias políticas (Gomes 2001). Enfim, o nacional-desenvolvimentismo é apresentado como um “campo de possibilidades” (Gomes 2001, 46), no qual o Estado, a elite política, a burguesia industrial e a classe trabalhadora negociam uma nova forma de representação menos conflituosa e mais conciliatória, tendo por objetivo comum a industrialização brasileira.

A categoria elaborada pela cientista social é o “trabalhismo”. Trata-se de um novo pacto entre o Estado e as classes produtoras desde a criação do Estado Novo, em 1937. O sentido mais profundo do trabalhismo reside no vínculo entre o Estado e a classe trabalhadora em uma época que tem início bem antes da “Era Vargas” e termina bem depois. A partir do exame minucioso dessa longa época da história brasileira, a cientista chega à conclusão de que a relação entre o Estado e o mundo do trabalho sempre foi marcada por conflitos, avanços e derrotas de ambos os lados e, por consequência, não poderia ser reduzida apenas à mobilização populista, passiva, das classes populares no Estado, de acordo com a teoria de Weffort.

Pode-se concluir que, por um lado, a obra de Castro Gomes teve o mérito de orientar o debate rumo a uma nova reflexão sobre o populismo, a Era Vargas e, sobretudo, a entrada do Brasil na modernidade do século XX; por outro, ela apresenta dois problemas teóricos e metodológicos fundamentais.

O primeiro problema é que Castro Gomes pensa a história brasileira sob uma perspectiva exclusivamente nacional. Ela não leva em consideração, senão marginalmente, que o trabalhismo se caracteriza por uma forte influência do modelo corporativista fascista italiano.

Entre a segunda metade dos anos 1920 e os primeiros anos da década de 1930, os conceitos corporativistas e fascistas italianos quais “Stato Nazionale del Lavoro”, “Sindacalismo Nazionale”, “Nazionalismo sociale”, “Produttori della nazione”², penetraram no Brasil através de organizações políticas, revistas, jornais e livros, sobretudo de natureza jurídica (Oliveira Vianna 1943, 27). Do ponto de vista ideológico, fascismo e corporativismo chegaram a ganhar mais força depois da “Revolução de 1930”, quando a nova elite governante, liderada por Getúlio Vargas, pretendeu enfrentar a crise do liberalismo da Velha República com um projeto de Estado autoritário, embora a Constituição de 1934 seja ainda um compromisso entre o liberalismo e o autoritarismo. Na verdade, o próprio Getúlio Vargas, na véspera da “Revolução de 1930”, não fez segredo de sua admiração pelo fascismo. Em um discurso de 1929, ele chegou a dizer: “A minha diretriz no governo do Rio Grande [...] se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa.” (Vargas 1938, 150). Também sob o aspecto mais prático, os conceitos de “Superiore interesse nazionale”, “Collaborazione tra le classi”³ exerceram profunda influência após a “Revolução de 1930”. No discurso do Rotary Club (ocorrido em dezembro de 1930), o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, argumentava que

A regularização jurídica das relações entre o capital e o trabalho obedecerá, pois, entre nós, ao conceito fundamental de colaboração das classes. Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalista, que possa pretender que os seus interesses valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes (Collor 1990, 187).

O princípio do enquadramento jurídico do sindicato é o fundamento da lei sindical nº. 19.970, de 1931, que regula a sindicalização das classes patronais, operárias e dá outras providências. Também o próprio Vargas se manifestou sobre a importância desta lei no discurso pronunciado em maio de 1931, salientando a importância da colaboração de classe das organizações sindicais no mecanismo dirigente do Estado (Vargas 1995, 209).

² “Estado Nacional do Trabalho”; “Sindacalismo Nacional”; “Nazionalismo social”; “Produtores da Nação”.

³ “Superior interesse da nação”; “Colaboração entre as classes”.

O segundo problema – em decorrência do primeiro – é que o regime autoritário do Estado Novo, purificado de suas características mais abertamente totalitárias, pode ser apresentado como o início de um pacto construído sob a égide do Vargas “pai do nacional-desenvolvimentismo”, abrindo caminho, então, para o revisionismo da “Era Vargas” dos últimos trinta anos (Romani 2015).

Conclusões

O laboratório brasileiro, além de reproduzir as luzes e as sombras do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, apresenta um aspecto tão específico e significativo quanto pouco analisado da gênese conceitual e do percurso histórico do populismo, concebido como modelo para dar respostas a condições históricas específicas dos países da América Latina, enfrentando os desafios da criação do Estado-nação e dos processos de modernidade-modernização.

Como argumentamos, embora não seja possível encontrar uma teoria do populismo nacional desenvolvimentista na década de 1920 e 1930, o conceito de “povo amorfo”, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo, abre o caminho para as sucessivas teorias “progressistas” do populismo, influenciadas pela “afinidade eletiva” entre a linhagem autoritária e a obra de Sergio Buarque de Hollanda.

Encontramos na trajetória do conceito de populismo um fio condutor que liga momentos diferentes do pensamento político-social brasileiro, das primeiras teorizações da década de 1930 sobre o Vargas “pai do povo brasileiro” *versus* o Estado liberal incapaz de dar forma a uma massa desprovida de qualquer organização, passando para o pacto populista entre Vargas e classe trabalhadora de Ianni e Weffort, até o trabalhismo de Ângela de Castro Gomes.

Trata-se, então, de um conceito bastante útil, a despeito das suas ambiguidades amplamente detectadas, na análise das ideologias sócio-políticas enraizadas na história do Brasil contemporâneo. E também pode ser interessante na leitura de tipologias atuais de populismo, desde que sejam feitas as devidas distinções entre fenômenos geneticamente diferentes. Por um lado, o “populismo progressista”, herdeiro do nacional desenvolvimentismo da “Era Vargas”, polarizado em torno do “Lulismo” – que se apropria do mito de Vargas, depurado dos seus traços fascistas, “criador dos direitos sociais” do povo brasileiro – na luta contra a agenda neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro de ataque ao Estado social brasileiro. Por outro lado, o populismo “bolsonarista”, autoritário, mas não comparável com um regime fascista tradicional, surgido também para dar

respostas às massas, em busca de novos sujeitos políticos “pós-democráticos”, capazes de protegê-las e representá-las diante da crise da democracia liberal-representativa clássica.

Referências bibliográficas

Abranches, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Amaral, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

Beired, José Luís B. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988.

Bresciani, Maria S. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. São Paulo: editora Unesp, 2004.

Boisard, Stephane. “Del totalitarismo al populismo: el enemigo antiliberal en el discurso de derecha”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): p. 24-48.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2686>

Brandão, Gildo Marçal. “Linhagens do pensamento político brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 48, n. 2 (2005): 231-269. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000200001>

Brandão, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

Buarque de Holanda, Sergio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

Caldeira Neto, Odilon. “Neofascismo, Nova República e a ascensão das direitas no Brasil”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 120-140.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060>

Casimiro Calheiros, Flavio Henrique. *A nova direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Cerboncini Fernandes, Dmitri, e Debora Messenberg, orgs. “Dossiê: Um espectro ronda o Brasil (à direita)”. *Plural - Revista De Ciências Sociais*, 25, n.1 (2018). <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149006>

Collor, Lindolfo. *Origens da legislação trabalhista brasileira*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1990.

Costa Pinto, Antonio, e Federico Finchelstein, orgs. *Authoritarianism and corporatism in Europe and Latin America. Crossing boundaries*. London: Routledge, 2019.
<https://doi.org/10.4324/9780203730959>

Donzelli, Maria, e Regina Pozzi, orgs. *Patologie della política. Crisi e critica della democrazia tra Otto e Novecento*. Roma: Donzelli, 2003.

Eatwell, Roger, e Matthew Goodwin. *National populism: the revolt against liberal democracy*. London: Penguin, 2018.

Fausto, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- Feldman, Luiz. “Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, n. 82 (2013): 119-140. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200008>
- Finchelstein, Federico. *From fascism to populism in history*. Berkeley: University of California Press, 2017.
- Finchelstein, Federico. “Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 12-23. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2759>
- Ferreira, Jorge, org. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Ferreira, Jorge, e Lucília Delgado, orgs. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2003.
- Fonseca, Pedro Cesar Dutra e Ivan C. Salomão. “Vargas e Goulart: o populismo em questão”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 66-97. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.1942>
- Gellner, Ernest, e Ghita Ionescu. *Populism: its meaning and national characteristics*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1969.
- Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Gomes, Ângela M. C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- Gomes, Ângela M. C. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Em: *O populismo e sua história: debate e crítica*, org. Jorge Ferreira, 17-59. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Gros, Denise. “Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, n.54 (2004): 143-159. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100009>
- Lamounier, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. Em: *História geral da civilização brasileira*, v. 2, t. 3, org. Boris Fausto, 345-374. São Paulo: Difel, 1977.
- Lippi, Lucia. *A questão nacional na Primeira Republica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Lombardi, Fernanda. “O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado Brasileiro”. Em: *Revisão do pensamento conservador*, orgs. André Botelho, e Gabriela Ferreira, 95-118. São Paulo: Hucitec, 2010.
- López Segrega, Francisco. *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso dela nueva derecha*. Buenos Aires: Clacso, 2016.
- Love, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Lynch Christian Edward Cyril. “Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 56, n. 4 (2013): 727-767. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>
- Manin, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Maia, João Marcelo Ehlert. “Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: Um Itinerário Sociológico do Conceito de Populismo”. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 10, (2003): 60-83.
-

- Maia, João Marcelo Ehlert. “História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 24, (2017):111-128. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702017000100003>
- Mény, Yves. *Popolo ma non troppo. Il malinteso democratico*. Bologna: Il Mulino, 2019.
- Mény, Yves, e Yves Surel. *Par le peuple. Pour le peuple. Le populisme et les démocraties*. Paris: Fayard, 2000.
- Messemberg, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Revista Sociedade e Estado*, 32, n. 3 (2017): 621-647. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>
- Mouffe, Chantal. *For a Left Populism*. New York: Random House, 2018.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Problemas de direito sindical*. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005 (1920).
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- Oliveira Vianna, Francisco Jose de. *O idealismo da Constituição*. 2ª. Edição, aumentada. Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1939.
- Pereira, Leandro. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- Perlatto, Fernando. “Ângela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo”. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10, n. 24 (2020): 98-119. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2760>
- Sallum, Brasílio Jr. “Crise política e impeachment”. *Novos Estudos CEBRAP*, 35, n. 2 (2016): 183-203. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020010>
- Silva, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Thompson, Edward P. *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz, 1963.
- Torres, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1914.
- Trindade, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974;
- Trindade, Helgio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil: da aliança liberal às realizações do primeiro ano de governo, 1930-1931*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v. 1.
- Vargas, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: Editora Sciliano/FGV, 2005, v. 2.
- Velasco e Cruz, Sebastião, André Kaysel, e Gustavo Codas, orgs. *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015.
-

Vieira, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

Waizbort, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia. Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936”. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 26, n. 76 (2011): 39-62.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>

Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Recebido: 23 de fevereiro de 2020

Aprovado: 29 de abril de 2020